

Entidades aprovam que Paraná suspenda vacinação contra aftosa

Agricultura

Enviado por: gogo@secs.pr.gov.br

Postado em: 13/11/2017 11:10

Estado segue com o movimento Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação que demanda o status de área livre de aftosa sem a vacina.

Entidades como a Sociedade Rural, Sindicato Rural e Secretaria Municipal de Agricultura de Ponta Grossa manifestaram apoio integral ao movimento Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. O movimento demanda o status do Paraná como estado livre de febre aftosa sem vacinação. Na última quinta-feira (09), o secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, e o diretor de Defesa Agropecuária da Adapar, Adriano Riesemberg, estiveram em Ponta Grossa para falar dos benefícios em suspender a vacinação contra febre aftosa para a economia paranaense. O Paraná, segundo proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), constituiria um bloco com os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, com a previsão de obter o reconhecimento de área livre de febre aftosa em 2024. Mas o Paraná quer antecipar esta conquista para 2021. Para o assessor da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Antonio Poloni, essa estratégia de erradicação da febre aftosa no Paraná, sem vacinação, traria uma economia de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão (valor presente) para um período de 20 anos, conforme estudo de Análise de Custos e Benefícios, encomenda pela instituição. Economia que viria com a valorização da carne, decorrente da conquista de mercados, suspensão da vacinação e outros custos. Segundo o secretário Norberto Ortigara, pelo menos dois terços da carne suína produzida no Estado está fora do mercado mundial porque o Paraná ainda vacina o gado contra febre aftosa, considerado um instrumento arcaico em todo o mundo. A vacinação pode e deve ser substituída pela vigilância na sanidade animal, com instrumentos que requerem mais tecnologia e estão integrados com o cenário atual, disse Ortigara. Segundo ele, essa substituição é possível, principalmente a partir de 2014, quando a Organização Internacional de Epizootias (OIE), que reconhece internacionalmente o status de regiões e países, mudou os critérios de identificação de focos de febre aftosa e formas de solucionar o problema. De acordo com esses novos critérios, se a região ou País comprovar que tem agilidade e capacidade para acionar o serviço de sanidade, identificar com rapidez o foco da doença que possa surgir, estabelecer um raio de ação para controlar e erradicar o problema em 90 dias, a região pode voltar a abater e exportar. “Não precisa mais demorar 10 anos como era antes”, afirma Ortigara. Mas, para isso, o serviço de Defesa Agropecuária precisa comprovar agilidade e substituir a vacina pela vigilância permanente, que dá muito mais trabalho, disse o diretor da Adapar Adriano Riesemberg. “É importante encarar esse desafio para o desenvolvimento das cadeias produtivas de proteínas animais no Estado e se conscientizar que a vacinação desqualifica o País perante os mercados de carne no mundo”, disse. ANTECIPAÇÃO - O Paraná acordou auditoria junto ao Ministério da Agricultura, que é quem vai reconhecer se o estado pode ser considerado livre ou não de febre aftosa sem vacinação. Os resultados serão conhecidos a partir de janeiro, quando a auditoria já estiver concluída. De acordo com o diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, essa auditoria tem o propósito de verificar a capacidade do serviço veterinário, suas fortalezas e vulnerabilidades e as ações que são críticas para o alcance do novo status. Segundo Riesemberg, a Adapar está segura dos passos que está adotando e que está seguindo todo o receituário

recomendado, faltando bem pouco a ser concluído. O secretário Norberto Ortigara acrescentou que, em maio de 2018, o Ministério da Agricultura retirará uma cepa (vírus) da vacina em função da ausência de casos clínicos. “Não dá mais para continuar vacinando”, disse Ortigara. Se o Mapa autorizar o Paraná a ir em frente, o que vai acontecer é que o Estado fará o pedido de reconhecimento do novo status independente do bloco a que pertenceria, que inclui os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. CRONOGRAMA - O Paraná pretende constituir uma zona única no estado, livre de febre aftosa sem vacinação, independente de blocos, fato que aconteceu com o estado de Santa Catarina, há 17 anos. Com isso, a previsão é que a última campanha de vacinação contra febre aftosa ocorra em novembro de 2018 e o reconhecimento da OIE ocorra em maio de 2021, quando acontece a reunião anual dos 183 países vinculados à instituição que ficam sabendo do reconhecimento do novo status e podem reprogramar suas compras de proteína animal no mercado mundial. (box) Confira o cronograma estabelecido: 1- Auditoria do Mapa em curso 2- Última campanha de vacinação – novembro de 2018 3- Abril/2019 – comunicado da suspensão da vacinação à OIE 4- 2º semestre de 2019 e 1º semestre de 2020 – Fechamento de fronteiras para exames de sorologia 5- 2º semestre de 2020 – baseado nos resultados da sorologia, o Ministério da Agricultura reconhece a região como livre de febre aftosa sem vacinação 6- Até setembro de 2020 -encaminhamento da resolução do Mapa ao comitê científico da OIE para ser votado 7-1º semestre de 2021 – Assembleia Geral da OIE delibera sobre o assunto.